



FINUT
Fundación Iberoamericana de Nutrición



Sumário executivo

Nutrição na primeira infância: situação atual e desafios na América América Latina e Caribe

Um relatório científico e técnico sobre a situação atual e os principais desafios da nutrição na primeira infância na América Latina e no Caribe.





Um relatório científico e técnico sobre a situação atual e os principais desafios da nutrição na primeira infância na América Latina e no Caribe

O relatório "*Nutrição na Primeira Infância: Situação Atual e Desafios na América Latina e no Caribe*" foi elaborado pela Fundação Ibero-Americana de Nutrição (FINUT) para a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).



Autores do Relatório:

Jennifer Bernal Rivas, Ph.D.,
Pesquisadora Visitante da FINUT

Ana Fernández Gaxiola Mestre
em Ciências. Colaborador externo da FINUT

Angela Hernandez Ruiz, Ph.D.
Área de Desenvolvimento de
Projetos, FINUT

Coordenação e revisão:

María José Soto-Méndez, Ph.D.
Direção Científica da FINUT

As designações utilizadas neste produto informativo e a forma como os dados nele contidos são apresentados não implicam, por parte da FINUT e/ou da OEI, qualquer julgamento sobre o estatuto jurídico ou nível de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área, ou das suas autoridades, ou sobre a delimitação das suas fronteiras ou limites. O

A menção de produtos de empresas ou fabricantes específicos, patenteados ou não, não implica que a FINUT e/ou a OEI os aprovem ou recomendem em detrimento de outros de origem semelhante que não sejam mencionados. Além disso, as opiniões expressas neste documento e as conclusões desta publicação são dos autores e não representam necessariamente a opinião do OEI.

Neste documento, tentou-se evitar linguagem sexista. Entretanto, para facilitar a leitura, recursos como: @, x, -a/as não estão incluídos. Então houve casos em que o masculino genérico foi usado.

Introdução

0

Globalmente, há uma enorme preocupação com o estado de saúde e nutrição das pessoas, especialmente em países de baixa e média renda, como a região da América Latina e Caribe (ALC).

Embora a ALC tenha uma prevalência de fome menor do que a taxa global, a insegurança alimentar ou a falta de acesso a alimentos

(em termos de qualidade e quantidade) afeta 40% da população desta região, o que representa um valor superior à prevalência global de 29% (1).

Entre as populações mais vulneráveis à desnutrição causada por deficiências e/ou excessos, secundários à insegurança alimentar e à transição nutricional, estão as gestantes e as crianças pequenas. Os primeiros 1000 dias de vida de uma criança, desde a concepção até o segundo aniversário e depois dos 2 aos 5 anos de idade, são chamados de primeira infância (2).

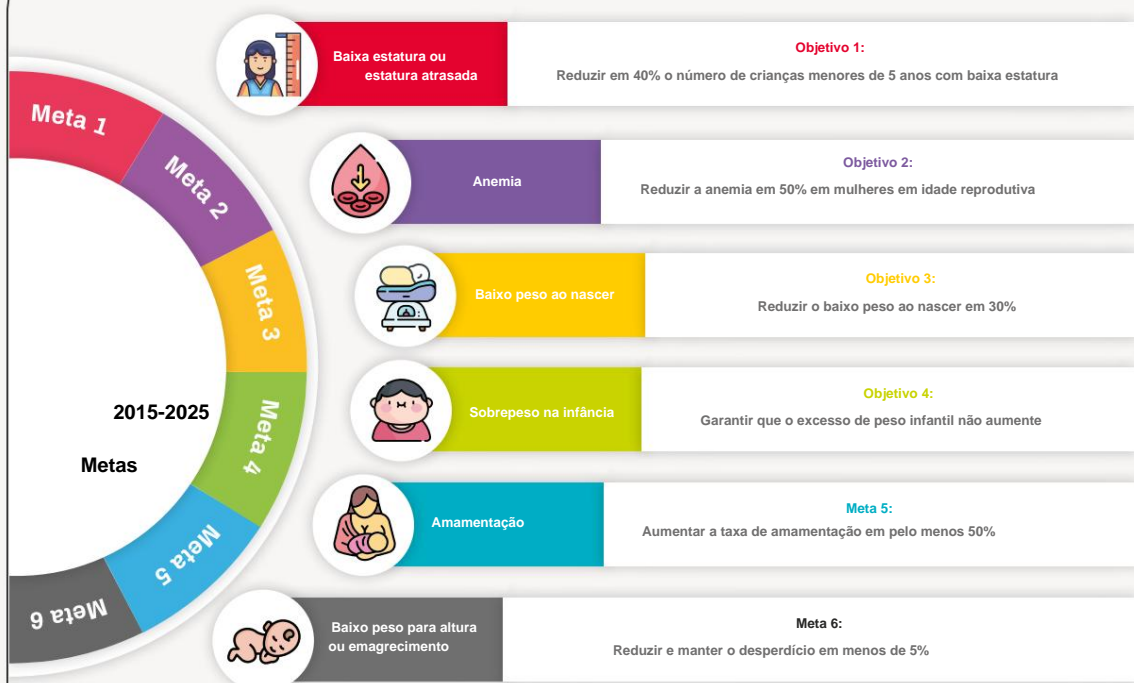
Menores precisam receber alimentos adequados como leite materno de a primeira hora de vida (3, 4). Crianças amamentadas por 12 meses ou mais tiveram um quociente de inteligência (QI) 4 pontos maior, quase um ano a mais de educação e maior renda mensal aos 30 anos, em comparação com aquelas amamentadas por menos de um mês (3). A amamentação apoia o desenvolvimento saudável do cérebro e é essencial para prevenir o triplo fardo da desnutrição,

doenças infecciosas e mortalidade, reduz o risco de obesidade e doenças crônicas na vida adulta (4).

Os custos econômicos anuais associados a retardos de crescimento, baixo peso ao nascer e anemia na ALC é de 71 bilhões de dólares, o equivalente a 1,2% do produto interno bruto (5).

Para resolver os problemas alimentares, nutricionais, de saúde e de sustentabilidade, a Estados-membros das Nações Unidas Eles assinaram a Agenda 2030 com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estes estão inter-relacionados com a nutrição e podem ser usados para proteger crianças menores de 5 anos, incluindo a mãe durante a gravidez (6). Faltam apenas seis anos para o prazo final para o cumprimento das metas globais dos ODS, e ainda há muito trabalho a ser feito por governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil. Para contribuir para a concretização dos ODS até 2030, foram definidas as **Metas de Nutrição para a Década 2016-2025** (7) para atingir metas globais relacionadas com a nutrição e as doenças não transmissíveis relacionadas com a dieta.

Metas de Nutrição para a Década 2016-2025



Objetivo do relatório

0

Analisar a situação atual, os determinantes e os principais desafios da nutrição de crianças menores de 5 anos na América Latina e no Caribe, com base em evidências do período de 2014 a 2024.

A quem este relatório é dirigido?

Aos tomadores de decisão em políticas públicas de alimentação e nutrição nos países ibero-americanos, juntamente com todos os responsáveis por elaborar e estabelecer políticas e programas baseados em evidências para garantir uma nutrição adequada na primeira infância e prevenir e tratar a desnutrição por deficiências e excessos. Além disso, este documento busca fornecer suporte técnico para: profissionais de saúde, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos e educadores, agências internacionais e sociedade civil organizada.





Métodos

03

Este relatório é baseado em uma revisão rápida *com* metodologia sistemática (8). Ele segue o processo de uma revisão sistemática, mas com etapas simplificadas para produzir informações em um período

Foram seguidas as diretrizes de *Itens de Relatório Preferenciais para Revisões Sistemáticas e Meta-Análises* (PRISMA, 2020) (9). A busca foi realizada no MEDLINE (PubMed). A busca sistemática principal (reproduzível) e a complementar 1 (equação 1, amamentação) incluíram documentos indexados nos últimos 10 anos (até 26 de abril de 2024). A busca sistemática complementar 2 (equação 3 com outros países mais específicos) incluiu documentos indexados até 18 de junho de 2024.

A principal estratégia de busca recuperou 885 publicações. Um primeiro revisor (JBR) selecionou 575 artigos por título. Posteriormente, um segundo revisor (AHR) excluiu adicionalmente 169 publicações por título, deixando um total de 406.



Na fase seguinte, com base nas áreas temáticas de maior interesse e selecionando estudos que integrassem as regiões de forma mais abrangente e as pesquisas mais recentes específicas de cada país, foram eliminados 315 documentos. Por fim, 91 publicações foram revisadas em texto completo e incluídas neste relatório da revisão.

Além disso, foram incluídas 188 publicações da literatura cinzenta (relatórios de entidades internacionais e governamentais, referências conhecidas pelos autores, referências incluídas nos artigos de revisão, etc.).

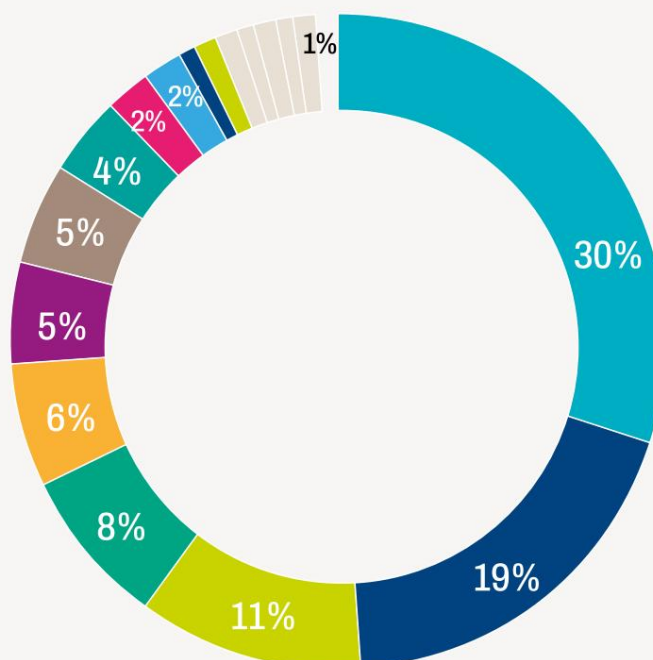
O gráfico circular abaixo mostra a proporção de publicações científicas por país, sobre os temas de

Nutrição, alimentação, políticas e programas de nutrição para crianças menores de 5 anos, que emergiram da revisão rápida com base na segunda fase de triagem por título (N=406); Os países com maior proporção de investigações foram: Brasil (30%), México (19%), Peru (11%), Guatemala (8%), Colômbia (6%), Chile (5%), Equador (5%) e Argentina (4%). Os países com valores de 1 e 2% são: Cuba, El Salvador, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Barbados, Brasil, Costa Rica e Venezuela; que juntos representam 12% das publicações científicas.

Resultado das publicações científicas mais interessantes

de acordo com o título obtido na segunda triagem da revisão rápida (N= 406)

- Brasil
- México
- Peru
- Guatemala
- Colômbia
- Chile
- Equador
- Argentina
- Bolívia
- Haiti
- Nicarágua



Observação. Elaboração própria.

Principais resultados

0

4.1. Mortalidade em crianças menores de 5 anos.

Em 2022, ocorreram 152.462 óbitos em crianças (10), dos quais 56% ocorreram nos primeiros 28 dias de vida do recém-nascido, o que é denominado mortalidade neonatal (11).



4.2 Parto prematuro.

De cada 10 crianças que nascem, 1 é prematura e a cada 40 segundos 1 delas morre. O parto prematuro afeta 870.000 mulheres que dão à luz antes da data prevista (12).

4.3 Baixo peso ao nascer.

Quase 1 em cada 10 crianças nascidas tem tinha um peso menor do que o recomendado (menos de 2500 gramas ou 5,5 libras). Existem disparidades significativas entre os países da região, com a taxa mais alta no Caribe, com 11,7%, seguida pela Mesoamérica, com 10,9%, e pela América do Sul, com 8,8% (13).

4.4 Retardo de crescimento ou baixa estatura.

É um dos principais problemas nutricionais da região, afetando 5,7 milhões de crianças (13). O nanismo é o resultado amplamente irreversível de nutrição inadequada e episódios repetidos de infecção durante os primeiros 1.000 dias de vida e resulta em uma série de efeitos de longo prazo para indivíduos e sociedades: diminuição do desenvolvimento cognitivo e físico, redução da capacidade produtiva, problemas de saúde e aumento do risco de algumas doenças crônicas, como diabetes. (14).

Um estudo realizado em 13 países da América Latina detalhou a relação entre desigualdades étnicas, crescimento e práticas alimentares. O retardo do crescimento pode ser até 5 vezes maior em crianças indígenas menores de 5 anos (15).



Importância do retardo do crescimento ou baixa estatura para a idade como um problema de saúde pública em crianças menores de 5 anos na ALC (13)

Prevalência percentual de baixa estatura para a idade em países de América Latina, Caribe e México

- ☑ Muito baixo (<2,5%)
- ☑ Baixo (2,5 a < 10%)
- ☑ Médio (10 a <20%)
- ☑ Alto (20 a < 30%)
- ☑ Muito alto (> 30%)
- ☑ Não incluído

Observação. Elaboração própria.



A Guatemala (identificada em azul) é o país da região onde o crescimento atrofiado é um problema de saúde pública que afeta aproximadamente 46% das crianças menores de 5 anos.

Em seguida vem o Equador (vermelho), um país onde 20% da população com menos de 5 anos de idade tem crescimento atrofiado.

4.5 Baixo peso para altura ou emagrecimento.

Este parâmetro geralmente indica uma perda de peso que ocorreu recentemente devido à falta de alimentação ou à presença de uma doença infecciosa (por exemplo,

diarreia) que causou essa perda.

Uma criança pequena que esteja moderada ou gravemente debilitada tem um risco maior de adoecer e morrer (16). Na Região, é um problema de saúde pública de média significância para Barbados (6,8%), Guiana (6,5%) e Suriname (5,5%) e um problema muito grave no Haiti (13, 17).

4.6. Sobrepeso e obesidade.

É um alarme que pode ocorrer em crianças desde muito cedo e indica que há um ganho de peso maior do que o esperado quando comparado com os valores de referência de crescimento

a OMS das crianças em todo o mundo.

O excesso de peso, conhecido como sobrepeso e obesidade, está aumentando na região, afetando 4,2 milhões de crianças, o equivalente a 8,6% da população da ALC (13).

Tecnicamente, há uma diferença entre sobrepeso e obesidade, pois nesta última o acúmulo de gordura é maior e traz consequências mais severas para a qualidade de vida da criança.

O ganho de peso continuou a aumentar nas sub-regiões dos países da ALC; no México, América Central e Caribe, o aumento foi leve (0,1%). Já para a América do Sul o aumento foi maior (1,8%). Existem disparidades entre os países, com lacunas como a que existe entre o Paraguai com 14,7% e o Haiti com 3,7% de excesso de peso (13).

Significado do excesso de peso como problema de saúde pública em crianças menores de 5 anos nos países da ALC

Porcentagem de prevalência de sobrepeso em países americanos

América Latina, Caribe e México

- 🟢 Baixo (2,5 a < 5%)
- 🟡 Médio (5 a < 10%)
- 🔴 Alto (10 a < 15%)
- ⚪ Não incluído

Observação. Elaboração própria.

Argentina, Barbados, Brasil, Cuba, Equador, Uruguai, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago (identificados com a cor vermelha) são os países da região onde

O problema do excesso de peso em crianças menores de 5 anos é maior, por isso é considerado de grande importância do ponto de vista da saúde pública.



Significado da anemia ferropriva como problema de saúde pública em crianças menores de 5 anos na ALC

A anemia é um problema de saúde pública na América Latina e no Caribe.

ÿ Não incluído ÿ

Grave (40% e mais)

ÿ Moderado (20,3 - 39,9%)

ÿ Leve (5,0 - 19,9%)

Observação. Pesquisa Nacional do Brasil (2006).



4.7. Carga nutricional dupla e tripla.

Tanto deficiências quanto excessos. Fatores nutricionais podem coexistir na criança, em sua casa e ambiente. As estimativas para o ano de 2022 mostraram que 11,5% das crianças sofriam de desnutrição crônica, 1,4% sofriam de emagrecimento e 8,6% apresentavam excesso de peso (13).

4.8 Anemia ferropriva.

Das deficiências de micronutrientes, a anemia ferropriva é o maior problema de saúde pública, afetando 16,5% das crianças de 6 a 59 meses, o equivalente a 12 milhões de crianças (18). Dos 33 países

estudado, o Haiti é o país que apresenta resultados de anemia superiores a 40% (identificados com a cor azul), mostrando que se trata de um problema de saúde pública de grave relevância. Em segundo lugar, em 24 países da região da ALC, o problema é de significância moderada com prevalências variando entre 20,0% e 39,9% (identificados com a cor vermelha) e, em terceiro lugar, 8 países apresentam a anemia como um problema de saúde pública de significância leve com resultados variando entre 5,0 e 19,9% (identificados com a cor amarela). Para classificar os países de acordo com a gravidade da anemia como um problema de saúde pública, foram utilizados os pontos de corte da OMS (19).



4.9. Deficiências de vitamina A, vitamina D e zinco.

Deficiências localizadas foram documentadas, embora haja poucos dados disponíveis sobre o status dos micronutrientes. As deficiências

A deficiência de vitamina A, vitamina D, iodo e zinco pode continuar a ser um problema nessa população, portanto, monitoramento e acompanhamento periódicos devem ser realizados. Esses micronutrientes são essenciais porque seus efeitos no desenvolvimento do cérebro, no sistema imunológico, nos ossos e, finalmente, no crescimento saudável da criança.

4.10. Excesso de micronutrientes: o caso do iodo.

Níveis excessivos (até 3 vezes mais) deste mineral foram relatados na urina de crianças de 1 a 2 anos, de 2 a 5 anos e em mães na Colômbia (20). Na maioria dos países

da LAC com grandes altitudes é necessário o monitoramento deste mineral. A principal consequência epidemiológica do excesso de iodo é o hipertireoidismo induzido por iodo e a tireoidite autoimune (21).

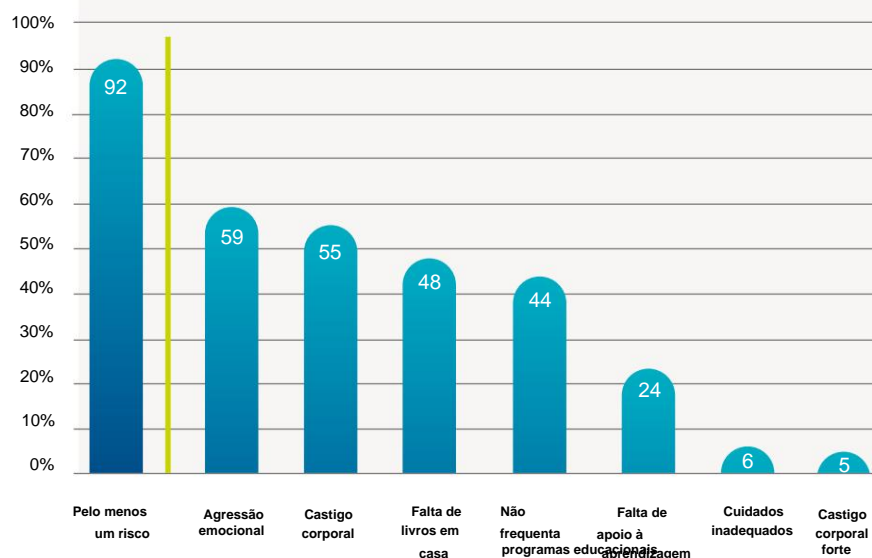
4.11 Problemas no desenvolvimento infantil.

O Índice de Desenvolvimento da Primeira Infância (IDPI) foi calculado em 17 países da ALC, estimando que 3,6 milhões de crianças entre 3 e 4 anos estão atrasadas e correm o risco de não atingir seu potencial máximo. A maioria vive em domicílios mais pobres (32%), em áreas rurais e são filhos de mães com menor escolaridade. Por exemplo, quem vive em áreas afastadas das cidades tem 1,8 vezes menos probabilidade de atingir um desenvolvimento adequado na área da alfabetização/

habilidades numéricas do que aqueles que vivem em áreas urbanas (22, 23)

Prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento adequado da primeira infância na América Latina e no Caribe

Fonte: Modificado de UNICEF, 2019.
Disponível em: <https://uni.cf/3XAvj5a>



4.12 Fatores ambientais que podem afetar a saúde e a nutrição da mãe e da criança.

A exposição a poluentes líquidos ou sólidos, que são suspensos e transportados pelo ar, às vezes invisíveis ao olho humano, pode ser encontrada no ambiente e em casa. Esses poluentes

causa cerca de 7 milhões

mortes prematuras por ano, das quais 543.000 mortes ocorreram em

menores de 5 anos (24, 25). As fontes de contaminação são: água com patógenos e/ou metais pesados como o mercúrio (26-28); alimentos agrícolas, durante a semeadura e/ou colheita (26); através da utilização de fontes alternativas para cozinhar, como a lenha (25) e através do consumo e contacto com plásticos, microplásticos, embalagens de alimentos e ou repelentes de gordura na água, alimentos e brinquedos, entre outros (29).

Os metais pesados, naturalmente presentes no meio ambiente e em produtos como

medicamentos, suplementos e alimentos também são liberados pela indústria e pela agricultura, poluindo o ar, o solo e a água. A intoxicação por esses metais pode causar danos orgânicos, distúrbios cognitivos e comportamentais, principalmente em crianças e bebês, que são mais vulneráveis a problemas de saúde a longo prazo (24, 29-32). Metais como chumbo, mercúrio, cádmio e arsênio são especialmente tóxicos durante o crescimento e desenvolvimento, incluindo a vida intrauterina (30-32). Na ALC, a mineração contribui para essa poluição. Como exemplo, na Argentina, arsênio, lítio, boro e cério foram detectados na água potável, conforme evidenciado em um estudo de coorte, no qual esses metais foram associados a alterações no DNA e no comprimento dos telômeros, com maior impacto em crianças (30).





4.13 Situações de conflito, crises e emergências humanitárias.

A região enfrenta uma das situações mais complexas de migração infantil, com fluxos migratórios cada vez maiores e interconectados, agravados por deslocamento interno, violência e eventos relacionados ao clima.

Sete em cada 10 crianças que vivenciam processos de migração têm menos de 11 anos (33). Destaca-se a crise migratória na Venezuela, pela qual quase 8 milhões de pessoas abandonaram o país (34), das quais entre 1,1 e 1,42 milhões são crianças. Muitos vivem em comunidades de acolhimento e de trânsito, necessitando de proteção e acesso a serviços de saúde, educacionais e sociais (34, 35).

Quando uma família migra, seu grupo de apoio principal se desintegra. “A criança se torna adulta mais cedo devido às próprias necessidades da família.” O trabalho infantil mais visível ocorre devido ao subemprego, ou seja, a mãe e/ou o pai que saem para trabalhar no comércio informal acompanhados dos filhos (34).

Em 2019, 9% das meninas e adolescentes refugiadas e migrantes da Venezuela, com idades entre 10 e 17 anos, eram ou tinham sido mulheres grávidas. Devido a esta situação, o seu desenvolvimento foi afetado psicossociais, sua saúde, seus filhos e têm menos oportunidades educacionais e de emprego. Desta forma, o ciclo intergeracional de doença e pobreza é perpetuado (36, 37).

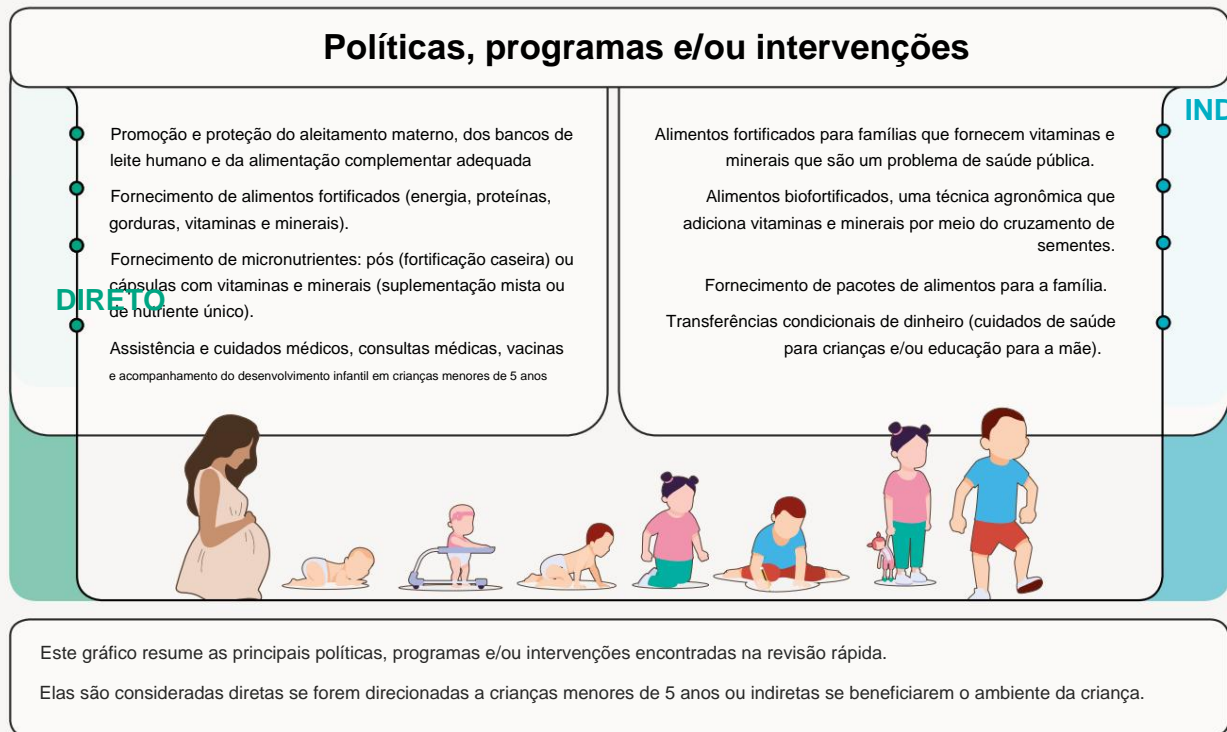
Países como a Colômbia, que recebe quase 3 milhões de migrantes (38), não contam com uma política integrada de atenção às crianças e adolescentes refugiados e migrantes da Venezuela, embora seja apoiada por iniciativas setoriais e organismos internacionais.

A migração em grupo de vários países da América Central, Caribe e Venezuela para os Estados Unidos representa uma crise humanitária enfrentada por todos os países envolvidos na jornada migratória, incluindo mulheres grávidas e crianças.

0

Principais políticas,
programas e/
ou intervenções
para melhorar e
proteger a alimentação
e a nutrição de
crianças menores
de 5 anos na
América Latina e no Caribe.










Políticas, regulamentos e iniciativas para promover ambientes saudáveis seguintes:

Políticas, regulamentações e intervenções, além de serem focadas no nível individual, devem considerar o ambiente ao qual as crianças menores de 5 anos estão expostas, o que é fundamental para prevenir a desnutrição e promover seu crescimento e desenvolvimento.



Maternidades com o selo Iniciativa Hospital Amigo da Criança. Fonte: Governo do Maranhão, 2024 (41).

Exemplos na região são os seguintes:

-  Iniciativa Hospitais Amigos da Criança (IHAC).
-  Código Internacional de Marketing de Substitutos de leite materno.
-  Licença-maternidade e licença-paternidade.
-  Imposto sobre bebidas açucaradas.
-  Rotulagem nutricional e frontal dos alimentos.

Num relatório do IHAN foi constatado que apenas 8% das maternidades em 26 países participantes receberam a certificação amiga do bebê desde 1991 (34). Recentemente, Antígua e São Cristóvão e Nevis certificaram seu primeiro hospital com o IHAN (39, 40).



Bancos de leite humano no Brasil.

Fonte: Fundação Fiocruz: Ciência e Saúde para a Vida.

Os desafios mais comuns identificados para a implementação do IHAN (42) são:

1. Resistência à mudança e falta de identificação com o IHAN do pessoal médico e órgãos reguladores.
2. Falta de pessoal e tempo insuficiente.
3. Pressão para o uso de substitutos e violações do Código Marketing Internacional de Substitutos do leite materno.
4. Falta de recursos financeiros para apoiar a iniciativa e dificuldades na implementação de alguns dos "Dez Passos" do IHAN.
5. Desafios relacionados às pessoas que vivem com HIV.
6. Desafios na recertificação.

Outras questões importantes incluem o progresso na legislação sobre licença-maternidade e paternidade pós-parto, a validade e implementação do código de marketing para substitutos do leite materno, espaços em locais de trabalho ou lojas para amamentação e o aumento de bancos de leite humano.

Dos 332 Bancos de Leite Humano em atuação no mundo, 67% atuam no Brasil, país líder na América Latina (43).

Além disso, **os impostos sobre bebidas açucaradas** se tornaram uma política regulatória em muitos países da ALC. Em um estudo realizado em 10 países da região, observou-se que crianças com menor aleitamento materno total começaram a consumir bebidas e alimentos açucarados quase dois meses antes do que aquelas que foram amamentadas por um período mais longo (44).

Poucos países da região relataram resultados sobre o impacto dos impostos sobre alimentos não saudáveis e bebidas açucaradas.

Uma meta-análise sugeriu que um aumento de 10% no preço de bebidas carbonatadas poderia reduzir sua compra em 16%, embora essa evidência seja moderada. Além disso, há pouca informação sobre o efeito desses impostos em alimentos que contêm gorduras saturadas. Em contrapartida, os subsídios para alimentos saudáveis têm demonstrado

um aumento significativo na compra de frutas e vegetais, embora sejam necessárias evidências mais rigorosas (45).

A rotulagem nutricional e frontal dos alimentos é uma das principais linhas estratégicas para combater a dupla carga da desnutrição (46). Como esta é uma medida atual e está sendo implementada, pesquisas sobre seu impacto no sobrepeso e na obesidade ainda estão em andamento. escasso.

Conclusões 0

Evidências científicas mostram que maiores esforços são necessários para melhorar a qualidade, a cobertura e as garantias de políticas, programas e intervenções para garantir o direito humano à nutrição e à saúde de crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas.

A região da ALC está longe de atingir as metas globais de nutrição, resultando em perdas econômicas estimadas em US\$ 71 bilhões.

USD por ano. A falta de ação resulta em milhares de mortes de bebês e mães, além de perdas significativas de QI. Desnutrição

Ela prejudica o desenvolvimento físico, mental e cognitivo das crianças, afetando seu bem-estar e perpetuando ciclos de pobreza e doença.

A rápida revisão das evidências mais recentes (2014-2024) indica que os principais problemas nutricionais das crianças na ALC são: baixo peso ao nascer, atraso no crescimento ou baixa estatura para a idade e anemia por deficiência de ferro.

Outros problemas menos comuns incluem emagrecimento ou baixo peso para a altura e ganho excessivo de peso, este último especialmente após os 2 anos de idade. Algumas deficiências geográficas, como vitamina D, iodo, vitamina A e zinco, são mais específicas de certas regiões e/ou poucos dados representativos foram coletados até o momento.

É essencial priorizar os estudos e categorizá-los em: a. desde a gestação até crianças menores de 2 anos (primeiros 1000 dias) e b. crianças de 2 a 5 anos (Segundo 1000 dias). Cada grupo com intervenções nutricionais específicas e direcionadas.

Existem lacunas de informação encontrados, entre os quais se destacam a ausência e/ou insuficiência de informação em alguns países da região, a necessidade de capacitação, a ausência e/ou insuficiência de monitoramento e a falta de avaliação das intervenções e programas implementados.

“Evidências científicas mostram que maiores esforços são necessários para melhorar a qualidade, a cobertura e as garantias de políticas, programas e intervenções para garantir o direito humano à nutrição e à saúde de crianças menores de 5 anos e mu

Recomendações 0



As recomendações incluem **ações de duplo e triplo propósito** para contribuir para melhorar a nutrição, abordando intervenções, programas e/ou políticas com potencial para abordar os diferentes aspectos da desnutrição.



**1****Recomendação**

Proteger os direitos da primeira infância, particularmente o direito à alimentação, e eliminar todas as formas de discriminação e violência contra meninas e mulheres.

2**Recomendação**

Proteger e promover o aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses e até os dois anos de idade. Promover alimentação complementar adequada a partir dos seis meses de idade.

3**Recomendação**

Proteger a disponibilidade, o acesso e a acessibilidade de alimentos saudáveis para grupos marginalizados e vulneráveis.

4**Recomendação**

Colaborar com programas nacionais de proteção social para garantir que eles incluam metas nutricionais eficazes para reduzir a prevalência de desnutrição e fome na primeira infância.



Padres,
madres,
maestros

5**Recomendação**

Promover a educação nutricional com uma abordagem de mudança de comportamento para melhorar práticas alimentares e estilos de vida saudáveis durante a primeira infância.

Setores envolvidos

Legislativo, Econômico, Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, Proteção Social e Alimentação.

População alvo

Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.

Setores envolvidos

Legislativo, Trabalhista, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Proteção Social e Alimentação, Indústria Alimentícia.

População alvo

Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.

Setores envolvidos

Legislativo, Agricultura, Economia, Trabalho, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Proteção Social e Alimentação.

População alvo

Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.

Setores envolvidos

Legislativo, Trabalhista, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Proteção Social e Alimentação.

População alvo

Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.

Setores envolvidos

Saúde, Educação, Agricultura e Alimentação, Proteção Social, Organizações Não Governamentais e Sociedade Civil.

População alvo

Pais, mães, gestantes, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, profissionais da cultura, educação, agricultura, economia e outros (mulheres em idade fértil).



Padres,
madres,
maestros

6

Recomendação

Promova programas ou inclua um componente de suplemento vitamínico e mineral para reduzir deficiências de micronutrientes na primeira infância.

Setores envolvidos	Legislativo, Saúde, Proteção Social e Alimentação.
População alvo	Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.

7

Recomendação

Capacitando mães, famílias e comunidades para apoiar o crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças. Promova o autocuidado, previna doenças e procure atendimento oportuno de profissionais de saúde.

Setores envolvidos	Saúde, Educação, Proteção Social, Bem-estar, Desenvolvimento Infantil/Familiar.
População alvo	Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.

8

Recomendação

Identificar, valorizar e promover práticas culturais de seleção e preparo de alimentos saudáveis, com ênfase na restauração da biodiversidade e das tradições culinárias, bem como práticas familiares e comunitárias saudáveis e sustentáveis.

Setores envolvidos	Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, Proteção Social e Alimentação, Governo Local-Municipal.
População alvo	Pais, avós, cuidadores, crianças em idade pré-escolar, professores, profissionais de saúde, tomadores de decisão, governos, instituições, organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil, indústria.



Tomadores
de decisión

9

Recomendação

Adotar e promover uma abordagem baseada na saúde que privilegie a alimentação e a nutrição em todas as políticas públicas em todos os níveis de ação (regional, nacional, estadual e local).

Setores envolvidos	Legislativo, Econômico, Trabalhista, Saúde, Educação, Comércio, Meio Ambiente, Proteção Social.
População alvo	Tomadores de decisão, governos, instituições, organizações da sociedade civil, indústria.

10

Recomendação

Evite conflitos de interesse. Monitoramento, avaliação e orçamento.

Setores envolvidos	Legislativo, Privado, Saúde, Meio Ambiente, Proteção Social e Alimentação, indústria alimentícia.
População alvo	Tomadores de decisão, governos, instituições, organizações da sociedade civil, indústria.

Referências

0

1. Soto-Méndez, MJ, & Boy, E. (2024). Introdução e Resumo Executivo do Suplemento Micronutrientes na América Latina: Estado Atual e Pesquisa. Comida e Boletim de Nutrição, 03795721241254610.
2. Bhutta, ZA, Das, JK, Rizvi, A., Gaffey, MF, Walker, N., Horton, S., ... e Black, R. E. (2013). Intervenções baseadas em evidências para melhorar a nutrição materna e infantil: o que pode ser feito e a que custo? O Lancet, 382(9890), 452-477.
3. Victoria, C.G., Horta, B.L., De Mola, C.L., Quevedo, L., Pinheiro, R.T., Gigante, D. P., ... & Barros, FC (2015). Associação entre amamentação e inteligência, nível educacional e renda aos 30 anos de idade: um estudo prospectivo de coorte de nascimentos no Brasil. Revista Brasileira de Saúde, 3(4), e199-e205.
4. Pérez-Escamilla, R., Tomori, C., Hernández-Cordero, S., Baker, P., Barros, AJ, Bégin, F., ... & Richter, L. (2023). Amamentação: extremamente importante, mas cada vez mais desafiada em um mundo movido pelo mercado. The Lancet, 401(10375), 472-485.
5. Nutrição Internacional. (2023). O custo da inação: O preço do progresso não alcançado em direção às metas globais de nutrição. A desnutrição está custando à América Latina e ao Caribe US\$ 71 bilhões por ano <https://www.nutritionintl.org/wp-content/uploads/2023/12/Custo-da-Inação-América-Latina-Resumo-Final-Digital.pdf> Acesso em 23 de agosto de 2024
6. Comitê Permanente de Nutrição do Sistema das Nações Unidas, UNSCN. (2015) Nutrição e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015. Nota técnica. Outubro de 2014. Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável - Desenvolvimento Sustentável (un.org). <https://www.un.org/sustainabledevelopment/en/2015/09/A-Assembleia-Geral-adota-a-Agenda-2030-para-o-Desenvolvimento-Sustentavel>. Acessado em 20 de julho de 2024
7. Organização Mundial da Saúde, OMS (2018). Quadro de Monitoramento Global da Nutrição: Diretrizes Operacionais para Monitoramento do Progresso em Direção às Metas de 2025. Genebra: Licença: CC BYNC-SA 3.0 IGO.
8. Sutton, A., Clowes, M., Preston, L., & Português (2019). Conhecendo a família de revisão: explorando os tipos de revisão e os requisitos de recuperação de informações associados. Em Health Information and Libraries Journal, 36, 3, 202–222. Blackwell Publishing Ltda. <https://doi.org/10.1016/j.org/10.1111/hir.12276>
9. Page, MJ, McKenzie, JE, Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T.C., Mulrow, C. Português D., Shamseer, L., Tetzlaff, J.M., & Moher, D. (2021). Atualização de orientações para relatórios de revisões sistemáticas: desenvolvimento da declaração PRISMA 2020. Revista de Clínica Epidemiologia, 134, 103–112. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.02.003>
10. Banco Mundial. (2022). Número de mortes de crianças menores de 5 anos - América Latina e

- Caribe. Disponível em: <https://datos.worldbank.org/indicador/SH.DTH.MORT?locais=ZJ>. Acesso em 15 de setembro de 2024.
11. Duran P, Soliz P, Mujica OJ, Cueva DA, Serruya S, Sanhueza A. (2024) Mortalidade neonatal em países das Américas, 2000–2020: Tendências, desigualdades e definição de metas. *Rev Panam Saúde Pública*;48:e4. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2024.4>.
12. Saúde da Mulher , da Criança e do Adolescente , OMS, UNICEF, UNFPA. (2023). Nascido também em breve: década de ação sobre parto prematuro. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2023. Licença: CC BY- NC-SA 3.0 IG. (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/> Eu vou/
13. Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICE, Organização Mundial da Saúde, OMS e Grupo Banco Mundial. Estimativas de desnutrição conjunta, 2023 (2023). <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/368038/9789240073791-eng.pdf?sequencia=1> Acesso em 6 de junho de 2024.
14. Organização Mundial da Saúde, OMS. (2017). Ações de dupla função. Resumo de política. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2017. OMS/NMH/NHD/17,2
15. Gatica-Domínguez, G., Mesenburg, MA, Barros, AJD, & Victoria, CG (2020). Desigualdades étnicas no nanismo infantil e nas práticas alimentares: resultados de pesquisas em treze países da América Latina. *Revista Internacional para Equidade em Saúde*, 19(1). <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01165-9>
16. OMS. 2024. Desnutrição. <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/desnutricion> Acesso em 10 de setembro de 2024.
17. Organização Mundial da Saúde, OMS (2018). Quadro global de vigilância nutricional: diretrizes operacionais para a
- monitorando o progresso em direção às metas de 2025. Genebra:. Licença: CC BYNC-SA 3.0 IGO.
18. Organização Pan-Americana da Saúde, OPAS (2022). Anemia em mulheres em idade reprodutiva e crianças menores de cinco anos na Região das Américas. Portal de dados LINK. Departamento de Doenças Não Transmissíveis e Saúde Mental, Organização Pan-Americana da Saúde. <https://www.paho.org/em/link/anemia-mulheres-e-criancas>. Acesso em 13 de junho de 2024.
19. Organização Mundial da Saúde, OMS (2024). Diretriz sobre limites de hemoglobina para definir anemia em indivíduos e populações. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2024. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
20. Cerveja, RJ, Herrán, OF, & Villamor, E. (2021). A concentração média de iodo urinário em crianças e mulheres colombianas é alta e está relacionada a características sociodemográficas e geográficas: resultados de uma pesquisa nacionalmente representativa. *Revista de Nutrição*, 151(4), 940-948.
21. Organização Mundial da Saúde, OMS. (2014). Concentrações de iodo na urina para estabelecer o estado nutricional de iodo em populações. https://iris.who.int/fluxo-de-bits/manipulacao/10665/130836/QUEM_NMH?sequencia=1 Acesso em 14 de setembro de 2024.
22. UNICEF (2019). Dados oficiais da UNICEF (<https://data.unicef.org>) e resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos da Argentina, Barbados, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai (www.mics.unicef.org) e DHS de Honduras. <https://uni.cf/3XAjv5a>. Acesso em 18 de junho de 2024.

23. UNICEF, 2023. Implementando a abordagem de Cuidados para o Desenvolvimento Infantil na América Latina e no Caribe Documento de advocacy - Tornando o cuidado nutritivo uma realidade para todas as crianças pequenas. <https://www.unicef.org/lac/media/41896/file/Implementação-da-abordagem-cdi-em-lac.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2024.
24. OMS. 2022. Poluição do ar ambiente (exterior). [https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ambient-\(exterior\)-qualidade-do-ar-e-saúde](https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(exterior)-qualidade-do-ar-e-saúde). Acesso em 1 de julho de 2024.
25. Organização Mundial da Saúde, OMS (2018). Poluição do ar e saúde infantil: prescrevendo ar limpo. Resumo. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2018 (OMS/CED/PHE/18.01). Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
26. Alderete, E., Sonderegger, L., & Pérez-Stable, EJ (2018). Temas emergentes em segurança alimentar: justiça ambiental, famílias extensas e os múltiplos papéis das avós. *Revista Internacional para Equidade em Saúde*, 17, 1-11.
27. Weinhouse, C., Ortiz, E.J., Berky, A.J., Bullins, P., Hare-Grogg, J., Rogers, L., ... & Pan, WK (2017). O nível de mercúrio no cabelo está associado à anemia e micronutrientes situação das crianças que vivem perto da mineração de ouro artesanal e de pequena escala na Amazônia peruana. *Revista Americana de Medicina Tropical e Higiene*, 97(6), 1886.
28. Ziarati, P., Shirkhan, F., Mostafidi, M., & Zahedi, MT (2018). Uma visão geral da contaminação por metais pesados no leite e produtos lácteos. *Acta ciências farmacêuticas científicas*, 2(7), 1-14.
29. Instituto Nacional de Saúde Ambiental ciências, NIH. (2024). Nutrição, Saúde e Meio Ambiente. Português: <https://www.niehs.nih.gov/saúde/tópicos/doenças/nutrição> Acessado em 9 de julho de 2024.
30. Herlin, M., Broberg, K., Igra, A.M., Li, H., Harari, F., & Vahter, M. (2019). Explorando o comprimento do telômero em pares mãe-recém-nascido em relação à exposição a múltiplos metais tóxicos e potenciais efeitos modificadores por fatores nutricionais. *Medicina BMC*, 17, 1-11.
31. Pierezan, MD, Dalla Nora, FM, e Português Verruck, S. (2023). Correlação entre as concentrações de As, Cd, Hg, Pb e Sn no leite humano e o consumo alimentar de mães que amamentam: uma revisão sistemática e avaliação de risco à saúde de bebês. *Crítico Revisões em Ciência e Nutrição de Alimentos*, 63(26), 8261-8274.
32. Costet, N., Pelé, F., Comets, E., Rouget, F., Monfort, C., Bodeau-Livinec, F., ... & Cordier, S. (2015). Exposição perinatal à clordecona e crescimento infantil. *Pesquisa ambiental*, 142, 123-134.
33. Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF. (2023). Sete em cada dez crianças em trânsito na América Latina e no Caribe têm menos de 11 anos. <https://www.unicef.org/lac/press-releases/sete-em-cada-dez-criancas-estão-em-movimento-na-america-latina-e-no-caribe>. Acesso em 15 de setembro de 2024.
34. R4V. (2022). Estudo sobre a situação de crianças e adolescentes refugiados e migrantes da Venezuela e sua conexão com o trabalho infantil na América Latina. Casos: Chile, Colômbia, Equador e Peru / Organização Internacional do Trabalho; Serviço de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (FUNDAMENTALS), Escritório Regional para América Latina e Caribe. Lima: OIT.
35. UNICEF. (2023). A mudança no rosto das crianças migrantes na América Latina e no Caribe Uma região como nenhuma outra. [https://www.unicef.org/sites/default/files/2023-09/Alerta de Migração Infantil da UNICEF 050923%20ES.pdf](https://www.unicef.org/sites/default/files/2023-09/Alerta%20de%20Migração%20Infantil%20da%20UNICEF%20050923%20ES.pdf) Acessado em 9 de setembro de 2024

36. OPAS, OMS, UNFPA. (2022). Adolescente Gravidez na América Latina e no Caribe: Resumo técnico. https://lac.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/final_dez_10_política_aprovada_resumo_design_ch_adolescente.pdf. Acesso em 1º de setembro de 2024.
37. R4V. (2024). Refugiados e migrantes da Venezuela. [https://www.r4v.info/en/refugiados e migrantes](https://www.r4v.info/en/refugiados-e-migrantes). Acesso em 10 de setembro de 2024.
38. GIFMM, RV4. (2021). Colômbia: Avaliação necessidades conjuntas, junho de 2021. Bogotá, DC, Colômbia: R4V. <https://www.r4v.info/en/document/gifmm-colombia-joint-needs-assessment-junho-2021-setembro-2024>.
39. Ministério da Saúde, Riqueza e Ambiente. 2023. <https://health.gov.ag/elementor-18071/>. Acesso em 10 de setembro de 2024.
40. Organização Pan-Americana da Saúde, OPAS. (2023). O Hospital Geral Joseph Nathaniel France em St. Kitts e Nevis é certificado como Amigo dos Bebês. <https://www.paho.org/pt/noticias/24-3-2023-joseph-nathaniel-france-general-hospital-st-kitts-and-nevis-certified-baby-friendly>. Acesso em 10 de setembro de 2024.
41. Governo do Maranhão. 2024. <https://www.saude.ma.gov.br/>. Maternidades com o selo Iniciativa Hospital Amigo da Criança. Fundação Fiocruz: Ciência e Saúde para a Vida. <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em 3 de setembro de 2024.
42. Organização Pan-Americana da Saúde, OPS. (2016). Iniciativa Hospital Amigo da Criança na América Latina e no Caribe: Situação atual, desafios e oportunidades. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/18829>. Acesso em 10 de setembro de 2024.
43. Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2021). Bancos de Leite Humano: Salvando Vidas de milhões de bebês latino-americanos. <https://www.segib.org/bancos-de-leite-humano-salvando-milhaes-de-vidas> **Bebês ibero-americanos/** Acesso em 19 de julho de 2024.
44. Feldens, C.A., Alvarez, L., Acevedo, A. M., Cepeda, V., Chirife, MT, Gálvez, C. PARA., & Villena, R. (2023). Consumo de açúcar no início da vida e práticas de amamentação: uma iniciativa multicêntrica na América Latina. Pesquisa Oral Brasileira, 37, e104.
45. Organização Mundial da Saúde, OMS. (2024). Políticas fiscais para promover dietas saudáveis: diretriz da OMS. Genebra: Organização Mundial da Saúde. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
46. Grajeda, R., Hassell, T., Ashby-Mitchell, K., Uauy, R., & Nilson, E. (2019). Visão geral regional sobre o duplo fardo da Desnutrição e exemplos de respostas de programas e políticas: América Latina e Caribe. Anais de Nutrição e Metabolismo, 75(2), 139–143. <https://doi.org/10.1159/000503674>.





Bravo Murillo 38 28015

Madrid, Espanha

Telefone: +34 91 594 43 82

Fax: +34 91 594 32 86

www.oei.int



Organização dos Estados
Ibero-americanos



@EspacioOEI



@Espacio_OEI



Organização dos Estados
Ibero-americanos